

SP ameaça o governo

QUARTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1988

com moratória

Secretário discute com Mailson e diz que a cobrança impossibilita novos investimentos

BRASÍLIA — Os Estados poderão ser forçados a uma moratória de suas dívidas com a União, se o governo federal insistir em cobrar, no ano que vem, 25% dos débitos acumulados através da rolagem das dívidas estaduais e municipais com recursos da União, disse ontem ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho.

Mailson e Machado tiveram uma dura discussão durante a reunião mensal do Conselho de Política Fazendária (Confaz), presidido pelo ministro e integrado por todos os secretários de Fazenda dos Estados, ontem, em Brasília.

Machado cobrou a extensão, aos Estados, dos benefícios que a União teve com a renegociação da dívida externa. Mas, ao mesmo tempo, duvidou que tivesse havido algum benefício, levantando a suspeita de que os acordos negociados por Mailson foram melhores para os credores do que para o País.

O secretário chegou a lem-

brar a frase de Tancredo Neves — a dívida externa não seria paga com a fome e a miséria do povo — para dizer que a exigência do governo federal impossibilitará os investimentos estaduais em serviços básicos, como habitação, saúde e educação. Mailson reagiu com indignação: “Não aceito a acusação de que a dívida foi negociada em detrimento dos interesses do País”.

“Em nenhum momento o governo informou à opinião pública que essa negociação resolveria o problema da dívida externa. Sempre dissemos que ela era um passo para tirar o País da posição esdrúxula a que foi submetido e que não cabe discutir agora”, disse ainda o ministro.

Outros secretários intervieram para reduzir a tensão do debate, mas o secretário paulista deixou a reunião inconformado com o que chamou de “intransigência” do governo federal. “Se daqui por diante o Congresso tiver que resolver todas as questões financeiras entre os Estados e União, sem qualquer entendimento entre as partes, poderemos levar ao Congresso outras questões que afetam a autonomia dos Estados”, disse Machado, ao sair do Ministério da Fazenda.

Entre essas questões, o se-

cretário citou a vigência da Resolução 1.469 do Banco Central, que limita o endividamento de Estados e municípios aos níveis de dezembro de 1987. Não há, ainda, nenhuma iniciativa concreta para isso, disse Machado, mas poderia haver se o governo federal não se dispuser a discutir com governadores e prefeitos a divisão dos esforços para o controle do déficit público.

Mailson disse, na reunião do Confaz, que o Congresso decidirá sobre a rolagem das dívidas de Estados e municípios dentro das limitações impostas pela nova Constituição. O Congresso não poderá aumentar a despesa global do orçamento, nem criar ou aumentar tributos para financiar novas despesas. “Mas ele tem margem de manobra”, afirmou o ministro.

O governo federal prevê, na sua proposta de orçamento para 89, que Estados, municípios e suas empresas paguem 25% das dívidas externas que se vencem em 89, e 25% das dívidas vencidas e “roladas” pela União desde 83, o que resultaria num desembolso total, pelos governadores e prefeitos, de US\$ 3,09 bilhões no ano que vem.

Os governadores pretendem apresentar um projeto de lei ao Congresso, pelo qual pagariam apenas 10% da dívida a vencer em 89.